



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº , DE 2023.
(Da Sra. Professora Luciene Cavalcante)

Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Comissão de Educação para debater os impactos de confrontos armados no direito à educação nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro.

Senhor Presidente,

Com fundamento no artigo 58, § 2º, II, da Constituição Federal e no artigo 255, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, vem requerer a realização de Audiência Pública, em conjunto com a Comissão de Educação, para debater os impactos de confrontos armados no direito à educação nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro. Para tanto, sugerimos os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

1. Representante do Ministério da Educação;
2. Representante da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo;
3. Representante da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro;
4. Representante dos professores;
5. Representante da Ubes.





JUSTIFICATIVA

A Educação é um direito fundamental e universal, estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e por tratados internacionais, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança. No entanto, os confrontos armados frequentes nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro têm causado sérios prejuízos no aprendizado e no psicológico dos estudantes que estão submetidos a um ambiente de constante violência.

Os tiroteios recorrentes, a presença de grupos armados, a violência policial e a insegurança generalizada nas comunidades periféricas resultam em um ambiente escolar adverso que prejudica o aprendizado dos estudantes. Além disso, a mobilidade desses estudantes para frequentar a escola é frequentemente comprometida devido à violência nas proximidades.

Os confrontos armados representam uma das ameaças mais sérias à realização dos direitos humanos, incluindo o direito à educação. As escolas, que deveriam ser locais de aprendizado seguro e protegido, muitas vezes se tornam alvos de ataques, o que força a suspensão de aulas e reduz o aproveitamento pedagógico.

Nesse contexto, proponho a realização de audiência pública para promover um espaço de diálogo com representantes da sociedade civil, acadêmicos, gestores escolares, profissionais da educação e demais interessados, a fim de refletir sobre políticas públicas que promovam o pleno exercício do direito à educação em áreas afetadas pela violência armada.

Sala da Comissão, de setembro de 2023.

PROFESSORA LUCIENE CAVALCANTE
Deputada Federal - PSOL/SP

